

# Geopolítica do patrimônio mundial: Cabo Verde e Moçambique na UNESCO

Dirceu Cadena de Melo FILHO  
Departamento de Geografia  
Universidade Federal do Rio de Janeiro  
dirceucadena@gmail.com

Recibido: 25-06-2015  
Aceptado: 05-09-2015

## RESUMO

O presente texto procura compreender como abordar o poder e a soberania no contexto atual da globalização em países não ocidentais: Cabo Verde e Moçambique. Para isto será apresentada uma reflexão produzida a partir do patrimônio mundial, compreendido como um dispositivo de poder que orienta as formas como territórios são representados na escala global. A análise da aplicação destes dispositivos nos dois países selecionados é feita através das reflexões da geopolítica crítica, que busca compreender a partir das narrativas como relações de poder são construídas para categorizar territórios internos e externos.

**Palavras-chave:** geopolítica; dispositivo; patrimônio mundial; Cabo Verde; Moçambique.

## Geopolítica del patrimonio mundial: Cabo Verde y Mozambique en la UNESCO

## RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo comprender cómo abordar el poder y la soberanía en el contexto actual de la globalización en países no occidentales: Cabo Verde y Mozambique. Se presentará una reflexión basada en el patrimonio de la humanidad, entendida como un dispositivo que guía las formas en que los territorios están representados en la escala global. El análisis de estos dispositivos en los países seleccionados se hace a través de las reflexiones de geopolítica crítica, que tiene como objetivo comprender desde el discurso cómo se construyen las relaciones de poder qué categorizan los territorios internos y externos.

**Palabras clave:** geopolítica; dispositivo; patrimonio de la humanidad; Cabo Verde; Mozambique.

## Geopolitics of World Heritage: Cape Verde and Mozambique in the UNESCO

## ABSTRACT

This paper aims to understand how to approach power and sovereignty in the current context of globalization in non-Western countries: Cape Verde and Mozambique. A reflection based on world heritage, understood as a dispositif that guides the ways in which territories are represented on the global scale, will be presented. A critical geopolitics stance is taken before the analysis of these dispositifs for the selected countries —thus, a discourse-based stance that seeks to understand how power relations are built to categorize internal and external territories.

**Key words:** geopolitics; dispositif; world heritage; Cabo Verde; Mozambique.

**REFERENCIA NORMALIZADA**

Filho, Dirceu Cadena de Melo (2015) “Geopolítica do patrimônio mundial: Cabo Verde e Moçambique na UNESCO”. *Geopolítica(s). Revista de estudios sobre espacio y poder*, vol. 6, núm. 2, 247-265.

**SUMARIO:** Introdução. 1. Patrimônio, poder e geopolítica. 2. UNESCO e a criação do dispositivo do Patrimônio Mundial. 3. Dispositivos do Patrimônio Mundial em Cabo Verde e Moçambique. Conclusão. Referências.

**Introdução**

A produção de reflexões sobre as formas como os Estados caracterizam os territórios constitui um importante campo da ciência geográfica desde sua institucionalização acadêmica, sendo comumente chamada de geopolítica. A geopolítica foi construída ao longo do século XX a partir de diversas concepções, características e conceitos, variando de acordo com a organização política e econômica global.

Numa abordagem pós-colonial, a geopolítica pode ser tratada numa perspectiva crítica quando analisa a construção de discursos pelo Estado como forma de definir estratégias de poder em relação aos territórios nacionais e estrangeiros. Com origem nos trabalhos de geógrafos políticos americanos nos anos de 1980, o movimento da geopolítica crítica se categorizou por abordar uma variedade de temas e utilizar fontes de pesquisa diversas. Apesar do sucesso, críticas aos trabalhos inseridos neste campo foram produzidas por abordarem apenas os agentes estatais como transformadores dos territórios globais (*Cf. Agnew, 2012*) e de restringirem suas análises a exames de situações e contextos ocidentais dominantes (*Cf. Sharp, 2013*).

Contudo, diante das mudanças globais comumente chamadas de globalização não é possível negar a participação de instituições de caráter transnacional na construção de representações sobre os territórios do globo. Ao mesmo tempo, os processos de descolonização ocorridos ao longo do século XX possibilitaram a emergência de novos Estados no cenário político global. Em função dessas mudanças algumas questões podem ser feitas: Como estes novos Estados se articulam no contexto da globalização? Como outras instituições que não as estatais atuam na legitimação de discursos geopolíticos? Como poder e soberania podem ser pensados diante da presença de novos agentes transnacionais?

Minha proposta neste texto é refletir sobre estas questões a partir da análise do patrimônio mundial, compreendido como um dispositivo que orienta a forma como os territórios são interpretados globalmente. Seguindo a proposta de Foucault (2010) de compreender o poder através da determinação dos diferentes dispositivos que se exercem em diferentes níveis da sociedade, analisarei como o patrimônio mundial foi construído mediante uma série de tratados, normas e procedimentos, utilizados pelos Estados para definir formas de interpretações do território e, assim, construir

geografias imaginativas validadas internacionalmente pelo argumento da preservação da cultura.

Utilizarei como exemplo de análise dois casos específicos: Cabo Verde e Moçambique. Optei por analisar estes dois Estados para tentar identificar como processos distintos de descolonização produziram dispositivos semelhantes, em um primeiro olhar, mas com especificidades que caracterizam seus territórios. Assim, analiso países em posições subalternas na instituição transnacional do patrimônio a partir dos dispositivos culturais para questionar a manifestação do poder colonial na esfera da cultura.

## 1. Patrimônio, poder e geopolítica

Atualmente a *World Heritage List* (WHL) conta com 1007 bens inscritos, distribuídos entre 161 Estados signatários à *Convenção para Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural* (Convenção) (Mapa 1).

Mapa 1. Bens inscritos na WHL por região até 2014



Fonte: Adaptado da URL: <[www.whc.unesco.org](http://www.whc.unesco.org)>. Acesso a 2 de Março de 2015.

Uma rápida observação na distribuição espacial dos bens inscritos na WHL indica uma supremacia de bens do tipo cultural, localizados principalmente no continente europeu, enquanto que na América do Norte há uma predominância de bens mistos e naturais. Na região da Ásia e do Pacífico, os territórios que foram os

Estados do Japão, da China e da Índia destacam-se pela presença de bens culturais, enquanto que a Austrália conta com uma maioria de bens naturais. Podemos observar também que a distribuição total de bens mostra uma baixa presença de inscrições nas regiões da África e dos Estados Árabes.

Outras observações podem ser feitas através deste mapa: Primeiro há diferentes tipos de patrimônios mundiais, distribuídos em quase todo o globo. Em segundo lugar, o mundo está dividido em regiões culturais que não seguem os limites físicos de definições dos continentes, mas unificam locais geograficamente distintos através da normatização da UNESCO. Em terceiro lugar, e mais significativo para este trabalho, apesar da UNESCO lançar a ideia de patrimônio mundial universal, as fronteiras de cada Estado ainda estão presentes no mapa, definindo quem detém o poder e a soberania sobre cada bem.

Tradicionalmente poder e soberania são temas presentes nas reflexões das ciências sociais. Não pretendo realizar neste trabalho um levantamento exaustivo destes conceitos, apenas apresentar algumas abordagens que considero úteis para pensarmos a construção do dispositivo do patrimônio mundial e refletir sobre como ele orienta a maneira com que territórios e as soberanias são articulados no contexto da globalização.

Uma abordagem mais tradicional sobre esses temas é aquela que vincula o poder a uma lógica centralizada, onde cada Estado seria soberano em seu território. Para Weber (1977: 43), poder significa a “(...) probabilidade de impor a própria vontade, dentro de uma relação social” sendo pensado como um bem homogêneo que pode ser disputado, transmitido de pessoa a pessoa, controlado ou herdado. Segundo ele, o poder tem um papel fundamental na definição do Estado, que através da legitimidade do uso da violência controla determinado território (Weber, 1982).

Esta limitação do poder a um território definido é semelhante à noção jurídica da idade média produzida sobre soberania e poder. Para Michel Foucault, que buscou questionar essa noção, as formas tradicionais de analisar o poder seguem os padrões do pensamento jurídico da Idade Média, que abordava o poder como algo homogêneo, centrado na figura do Rei e circunscrito a um território específico (Foucault, 2010). Para ele, uma das características desta forma de poder centrada no Rei, e posteriormente na figura do Estado, é de que o governo é orientado às coisas e territórios, e não a disciplinar as pessoas (Foucault, 1992).

Foucault (2010) propõe que uma análise do poder deva ser orientada para o âmbito da dominação e não da análise da soberania. É importante destacar que para Foucault, dominação tem um sentido diferente daquele dado por Weber. Enquanto o sociólogo alemão compreende o termo como “(...) a probabilidade de encontrar obediência a um mandato entre pessoas” (Weber, 1977: 43) relacionados ao controle dos meios administrativos, para Foucault (2010) dominação se refere às estruturas que formam o poder do tipo disciplinar, que regulamentam os corpos mediante a constante vigilância das ações, agindo de forma diferente do poder do tipo soberano.

Duas abordagens mais recentes sobre poder e soberania podem ser encontradas nos trabalhos de Agnew (2005) e de Sharma e Gupta (2006). O primeiro autor considera que o poder soberano não é necessariamente mais definido somente pelos limites territoriais de cada Estado, mas está presente em instituições privadas ou transnacionais que controlam a forma com que alguns aspectos da sociedade são ativados. Como exemplo, Agnew chama a atenção para os impactos ambientais que não respeitam fronteiras internacionais causados por grandes corporações ligadas a produção de energia; para as fronteiras cada vez mais porosas para migrações e refugiados sem regulamentação do Estado; ou para a intervenção cada vez maior de instituições públicas ou privadas na provisão de bens públicos através das fronteiras do Estado.

Sharma e Gupta (2006) apresentam uma ideia muito próxima ao considerar que instituições transnacionais, características do período da globalização, atuam de forma constante em escala global e nacional na transformação dos territórios, questionando a ideia clássica da soberania de cada Estado. Para os autores, os processos transnacionais deram novos formatos a tradicional associação entre Estados-Nações, soberanias e territórios. A soberania estatal, relacionada com a defesa territorial numa abordagem Weberiana, não pode mais ser vista como relativa ao alcance e direitos governamentais dentro dos limites do território, mas encontra-se atualmente separada estritamente do Estado-Nação e presente também em organizações supranacionais e não governamentais. Em um mesmo sentido, Ferguson e Gupta (2002) consideram que essas novas instituições desafiam as características espaciais tradicionalmente vinculadas ao Estado e produzem uma governamentalidade transnacional.

Diante dessas reflexões sobre poder e soberania como é possível pensar o patrimônio mundial? Minha proposta é seguir uma das preocupações metodológicas de Foucault (2010) e não analisar quem detém o poder, mas compreender como os dispositivos (Agamben, 2005) de dominação foram construídos e como eles são utilizados pelos Estados. Ou seja, quero compreender como uma estrutura jurídica de dominação foi montada para orientar as formas como determinados territórios são pensados em escala global a partir do patrimônio mundial.

Seguindo essas reflexões, considero que não basta o domínio da burocracia da UNESCO para inscrever um bem na WHL, mas adequar-se aos dispositivos existentes sobre o tema. A perspectiva da geopolítica crítica pode ser uma ótima referência para pensar nessas questões, já que este campo se propõe a analisar os contextos de poder globais através da análise das narrativas produzidas para caracterizar os territórios externos e internos (Ó Tuathail e Agnew, 1992).

Em busca de superar as críticas existentes sobre este campo (Cf. Agnew, 2012 e Sharp, 2013), quero analisar a importância de uma instituição transnacional na produção de discursos globais sobre a cultura, tratando assim de um aspecto ainda pouco presente nos estudos de geografia política (Marston, 2004).

Por fim, é importante destacar que considero o patrimônio mundial como um assunto geopolítico no sentido dado por Kearns (2008), pois através dele as burocracias governamentais estabelecem relações políticas, econômicas e culturais. Da mesma forma, a inscrição de um bem na WHL representa o reconhecimento internacional de uma narrativa produzida através de diversas escalas sobre as formas como é possível interpretar determinados territórios (Ribeiro, 2013).

Assim, a próxima etapa do texto é analisar como o dispositivo do patrimônio mundial foi construído, para em seguida pensar em como ele é utilizado pelos Estados. Minha proposta é seguir a indicação de Sharp (2013) e analisar países que estão fora do contexto ocidental dominante: Cabo Verde e Moçambique. Também quero pensar como novos Estados estão articulados no contexto da globalização, para em seguida pensar como processos de descolonização distintos foram articulados através de dispositivos do patrimônio mundial.

## 2. UNESCO e a criação do dispositivo do Patrimônio Mundial

A atuação da UNESCO no tocante ao patrimônio data de 1972<sup>1</sup>, quando foi estabelecida a *Convenção para Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural* (Convenção), principal instrumento para identificação, inscrição, manejo e proteção do patrimônio em escala global. Este documento tem uma expressão singular na geopolítica do patrimônio mundial, pois representa a criação de um dispositivo para tratar do patrimônio ao mesmo tempo em que define os contornos semânticos (Gonçalves, 2009) utilizados pela apropriação da categoria “patrimônio” em escala global. A Convenção cria o dispositivo do patrimônio mundial a partir da formalização de uma estrutura institucional e discursiva com que determinados territórios poderiam ser caracterizados pelo patrimônio no contexto global.

Dois contornos semânticos são expressos na Convenção e delimitam a categoria patrimônio para usos modernos. O primeiro refere-se à adoção de uma perspectiva linear de tempo, a qual considera que determinados aspectos presentes no espaço devem ser protegidos em função da imprevisibilidade e irreversibilidade dos fatos ocorridos. Nesta perspectiva o patrimônio é tratado como uma herança a ser protegida por aqueles que o merecem e transmitida do passado ao longo de gerações (Abreu, 2007).

---

<sup>1</sup>Apesar de Silva (2012) apresentar a existência de outras convenções e recomendações atuantes em escala global, a Convenção da UNESCO representou uma primeira articulação política em busca de proteger o patrimônio mundial. Dois encontros foram realizados antes da adoção da Convenção em 1972. Tanto o primeiro encontro, ocorrido em 1968, quanto o segundo, em 1969, contaram com a participação de 12 nações distintas. Os temas debatidos nestes encontros podem ser respectivamente analisados nos documentos SHC/CS/27/8 e SHC/MD/4, disponíveis em URL: <<http://whc.unesco.org/>>. Acesso a 21 de Janeiro de 2015.

O segundo contorno semântico presente na Convenção é o caráter universalista do pensamento moderno ocidental. Segundo Abreu (2009) esta característica enfatizou o conceito de humanidade nas práticas de preservação ao associar o patrimônio nacional ao que de melhor foi produzido pelo homem, devendo ser reconhecido e protegido por todos de forma incontestável. Ambos os contornos podem ser observados nos documentos que formalizam a criação do dispositivo do patrimônio mundial, sobretudo nos artigos que compõem a Convenção.

Estes dois contornos semânticos são utilizados para delimitar a categoria “patrimônio” aos padrões modernos e ocidentais (Gonçalves, 2009). Esta ocidentalização do patrimônio produziu uma norma específica para descrever territórios através da ideia de patrimônio mundial, moldada aos padrões adotados por um grupo de Estados. A construção de um dispositivo do patrimônio mundial foi acompanhada de uma burocratização do processo de atribuição de valor, pela criação de instituições, normas, grupos de funcionários, definição de recursos, padrões, etc.

A criação do dispositivo do patrimônio também está associada ao estabelecimento de uma estrutura burocrática de normas e leis. A Convenção estabelece a burocracia do patrimônio em três pilares institucionais: o Centro do Patrimônio Mundial (*World Heritage Centre - WHC*), as organizações consultivas (*Advisory Bodies*), e o Comitê do Patrimônio Mundial (*The World Heritage Committee*). Esta organização burocrática atua de forma articulada para inscrever bens na WHL através de um procedimento estruturado em quatro etapas expressos em normas e manuais publicados pela UNESCO. Estes procedimentos formam um aparato administrativo a partir da articulação das escalas do nacional com a global e territorializam-se pela distribuição de dispositivos de dominação que influenciam na vida cotidiana. Os dispositivos do patrimônio mundial são as leis, normas e procedimentos estabelecidos no interior dessas burocracias e expressos pela WHL. Neste sentido, estas instituições dão corpo ao fenômeno político do patrimônio mundial, pois elas são articuladas pelos processos de formação dos Estados, estabelecidos pela instauração de hierarquias e pela construção de desigualdades (Souza Lima, 2002).

A institucionalização do patrimônio mundial também cria um processo de rotinização das práticas para inscrição de um bem na WHL. Esta rotinização das práticas formam redes de relações entre os envolvidos com patrimônio mundial que são baseadas em compromissos legais e administrativas, mas também criam situações de fidelidade e por vezes de negociação<sup>2</sup>.

Apenas Estados que ratificam a Convenção podem ter bens inscritos na WHL. Após a ratificação o Estado deve realizar um inventário dos possíveis bens presen-

---

<sup>2</sup> O trabalho de Chuva (2009) mostra a criação destas rotinizações da instituição de proteção do patrimônio cultural do Brasil. Apesar de abordar outra escala geográfica e uma instituição diferente, seu trabalho é inspirador para pensar a construção de práticas de negociação e de fidelidade no âmbito da cultura.

tes em suas fronteiras considerados susceptíveis de serem inscritos. Este inventário representa a primeira etapa do processo de inscrição na WHL e tem como objetivo criar uma Lista Indicativa, onde são apresentadas as razões pelo qual o Estado considera possuir um bem de valor excepcional universal em seus limites territoriais.

Nesta primeira etapa, o *World Heritage Centre* (WHC) exerce a função de secretariado da UNESCO. Estabelecido em 1992, este centro é o responsável pelo recebimento da documentação de novas candidaturas, organização das sessões anuais da convenção do patrimônio mundial, preparação para o encontro anual do Comitê do Patrimônio Mundial e gerenciamento do Fundo do Patrimônio Mundial. É para o WHC que os Estados enviam a documentação, seguindo o protocolo descrito nas *Orientações Técnicas para Aplicação da Convenção do Patrimônio Mundial* (UNESCO, 2013).

O Estado só pode apresentar a candidatura de um bem à WHL se o bem já estiver presente na Lista Indicativa. A candidatura é fundamentada na construção de uma narrativa patrimonial expressa no *Nomination File* (dossiê de candidatura). O dossiê deve ser o mais exaustivo possível para apresentar as justificativas quanto à integridade e autenticidade do bem, os registros fotográficos e mapas de delimitação da área protegida, análise comparativa com outras áreas do mundo para justificar sua importância, além de apresentar um plano de gestão para sua futura avaliação. A partir da criação do dossiê de candidatura tem início a articulação entre burocracias da escala nacional e instituições atuantes em escala global, com o auxílio do WHC e dos órgãos consultivos ao Estado para construir os dossiês.

As organizações consultivas (*Advisory Bodies*) são formadas por conjuntos de especialistas que conduzem missões de avaliação de novas inscrições e monitoramento dos bens já inscritos na WHL, subsidiando os outros órgãos da burocracia do patrimônio mundial com informações técnicas sobre as condições de uma proposta e estado de conservação do bem. O corpo de organizações consultivas é formado pelo *The International Union for Conservation of Nature* (IUCN), responsável pelos bens inscritos na categoria de patrimônio natural, *International Council on Monuments and Sites* (ICOMOS), responsável por bens inscritos na categoria de patrimônio cultural. O *International Centre for the Study of Preservation and Restoration of Cultural Property* (ICCROM), é o órgão responsável pelo monitoramento e por práticas de preservação dos monumentos históricos.

Na terceira etapa do processo de inscrição de um bem na WHL, a escala do nacional deixa de atuar de forma técnica e a avaliação se restringe aos órgãos consultivos internacionais. Através de análise da documentação enviada e da realização de visitas técnicas ao local proposto, os especialistas do patrimônio mundial observam a relevância do bem, a importância de sua proteção para a humanidade, a viabilidade de gestão da área delimitada e os aspectos referentes ao valor universal excepcional do bem. Com esta avaliação, os órgãos consultivos fornecem ao Comitê do Patrimônio Mundial informações técnicas e indicam se o bem atende aos critérios de valor universal excepcional.

A quarta e última etapa para inscrição de um bem na Lista do Patrimônio Mundial é a avaliação das informações técnicas fornecidas pelos órgãos consultores no Comitê do Patrimônio Mundial. Composto por 21 representantes dos Estados-partes, eleitos uma vez ao ano na Assembleia Geral para mandatos de seis anos, o Comitê foi estabelecido pelo artigo 8º da Convenção e tem como atribuição definir os usos do Fundo do Patrimônio Mundial, a inclusão ou retirada de algum bem na WHL, gerenciar a Lista de Patrimônios em Perigo e avaliar relatórios dos órgãos consultivos. De maneira geral, esta instituição é a principal responsável por legitimar ou negar os discursos patrimoniais produzidos pelos Estados, sendo local de interesses de representantes dos Estados partes e de organizações privadas com atuação em áreas patrimoniais (cf. Meskell, 2014).

É também nesta quarta etapa que o Valor Universal Excepcional do bem proposto será julgado, cabendo ao Comitê quatro tipos de decisão: a) inscrever o bem na Lista; b) não inscrever o bem na Lista; c) devolver a proposta; d) deferir a proposta. Caso opte *por inscrever* o bem na WHL, o Comitê adota uma Declaração de Valor Universal Excepcional, que deve conter um resumo da decisão, indicando os critérios atribuídos e as avaliações de integridade e autenticidade, bem como os planos de avaliação e gestão propostas pelo Estado candidato. A decisão do Comitê de *não inscrever* um bem na Lista indica que a proposta de inscrição não pode mais ser apresentada ao Comitê, a não ser pela realização de uma nova candidatura, implicando a realização de todo o processo de inscrição novamente.

O Comitê também pode optar por *devolver a proposta*, para que o Estado responsável apresente informações complementares na próxima sessão do Comitê. Neste caso, a proposta de inscrição não precisa recomeçar todo o processo, desde que seja submetida em até três anos com maiores informações. Por fim, o Comitê pode decidir *por deferir a proposta* para proceder a uma avaliação ou estudo mais aprofundado, com base na documentação enviada.

Todo este processo de inscrição de um bem na WHL tem como foco os critérios que justificam o Valor Universal Excepcional de um bem. Segundo as *Orientações Técnicas para Aplicação da Convenção do Patrimônio Mundial* (UNESCO, 2013), o Valor Universal Excepcional de um bem representa uma importância natural ou cultural tão marcante que transcende as fronteiras nacionais e deve ser protegida por todas as gerações da humanidade. Para inscrever um bem na Lista, o valor universal deve ser justificado a partir de algum dos dez critérios específicos propostos pela instituição:

- 1) representar uma obra-prima do gênio criador humano;
- 2) ser testemunho de um intercâmbio de influências considerável, durante um dado período ou numa determinada área cultural, sobre o desenvolvimento da arquitetura ou da tecnologia, das artes monumentais, do planejamento urbano ou da criação de paisagens;

- 3) constituir um testemunho único ou pelo menos excepcional de uma tradição cultural ou de uma civilização viva ou desaparecida;
- 4) representar um exemplo excepcional de um tipo de construção ou de conjunto arquitetônico ou tecnológico, ou de paisagem que ilustre um ou mais períodos significativos da história humana;
- 5) ser um exemplo excepcional de povoamento humano tradicional, da utilização tradicional do território ou do mar, que seja representativo de uma cultura (ou culturas), ou da interação humana com o meio ambiente, especialmente quando este último se tornou vulnerável sob o impacto de alterações irreversíveis;
- 6) estar direta ou materialmente associado a acontecimentos ou a tradições vivas, ideias, crenças ou obras artísticas e literárias de significado universal excepcional (o Comitê considera que este critério deve de preferência ser utilizado conjuntamente com outros);
- 7) representar fenômenos naturais notáveis ou áreas de beleza natural e de importância estética excepcionais;
- 8) ser exemplos excepcionalmente representativos dos grandes estádios da história da Terra, nomeadamente testemunhos da vida, de processos geológicos em curso no desenvolvimento de formas terrestres ou de elementos geomórficos ou fisiográficos de grande significado;
- 9) ser exemplos excepcionalmente representativos de processos ecológicos e biológicos em curso na evolução e desenvolvimento de ecossistemas e comunidades de plantas e de animais terrestres, aquáticos, costeiros e marinhos;
- 10) conter os habitats naturais mais representativos e mais importantes para a conservação *in situ* da diversidade biológica, nomeadamente aqueles em que sobrevivem espécies ameaçadas que tenham um valor universal excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação.

Através da adequação de uma narrativa patrimonial a um destes critérios, determinado bem pode ser inscrito na WHL. Desta forma, as dez possibilidades definem os contornos semânticos atribuídos ao dispositivo do patrimônio mundial, indicando o que pode ser aceito para compor a WHL e também como os Estados podem representar seus territórios.

Após compreender como uma categoria foi transformada em um dispositivo político ocidental, minha proposta é de analisar como ele tem sido utilizado por Estados que iniciaram recentemente seus processos de formação. Como minha proposta é pensar as relações de poder desiguais existentes no contexto global, vou realizar a análise do dispositivo através de dois países periféricos com uma origem colonial em comum: Cabo Verde e Moçambique compõe o grupo de Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e passaram por um processo de emancipação política de Portugal na década de 1970.

Veremos, porém, que apesar das semelhanças, cada país utiliza o dispositivo do patrimônio de forma muito específica, destacando aspectos diferentes da formação territorial.

### 3. Dispositivos do Patrimônio Mundial em Cabo Verde e Moçambique

Moçambique e Cabo Verde estão localizados em importantes áreas no contexto das práticas colonialistas de Portugal. Tanto Cabo Verde quanto a costa do atual Moçambique serviram de base para as navegações portuguesas em busca de extrair recursos naturais da Ásia, funcionando como um entreposto entre o reino e as colônias. Ambos os países permaneceram ocupados no período colonial do final do século XIX e início de século XX e conquistaram sua autonomia política na década de 1970.

Como destacaram Suret-Canale e Boahen (2010) o processo de independência nas colônias portuguesas foi longo e conquistado de forma violenta. Cabo Verde conquistou sua independência em 1974 com o apoio da antiga URSS e de Cuba, devido a base comunista de Amílcar Cabral, fundador do Partido Africano de Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), e de Aristides Pereira, primeiro presidente eleito de Cabo Verde. Já Moçambique, segundo Chanaiwa (2010), está inserido no contexto ideológico global de caráter emancipacionista com características de rejeição absoluta ao imperialismo, ao colonialismo, ao racismo e ao capitalismo. Em função de relações privilegiadas com o proletariado urbano, com a massa camponesa e com intelectuais progressistas, as insatisfações com a presença portuguesa deram início a uma guerra contra Portugal em 1964 que durou até 1974.

É importante destacar que ambos os Estados passam por um processo de construção da nação de valorização dos heróis de resistência à ocupação colonialista portuguesa, através da criação de mitos em escala nacional. Em Moçambique, criou-se como herói o último Rei da tribo que enfrentou a chegada dos portugueses (Garcia, 2008). Já em Cabo Verde os heróis nacionais escolhidos são os responsáveis políticos pela independência do país, tratados como defensores da liberdade, dos costumes e da nação cabo-verdiana (Coutinho, 2008). Se na escala nacional esses heróis são valorizados, com o reconhecimento formal de estruturas materiais relacionadas a seus feitos e criação de rituais simbólicos de rememoração, na escala global o território destes países é representado pelo patrimônio mundial a partir da presença portuguesa.

Observando inicialmente os tipos de bens inscritos por esses países, nota-se a existência de duas cidades históricas. O *Centro Histórico de Ribeira Grande*, em Cabo Verde, foi inscrito na WHL em 2009 com base nos critérios II e III. Já em Moçambique, a *Ilha de Moçambique* foi inscrita em 1991 com base nos critérios IV e VI. Uma simples descrição dos critérios aceitos pode indicar o reconhecimento por parte da UNESCO da importância cultural destes locais para a humanidade,

contudo ao analisar como as narrativas destes patrimônios foram construídos é possível observar uma construção colonial do território em função dos limites impostos pelo dispositivo do patrimônio mundial. Uma análise dos argumentos utilizados para justificar a inscrição desses dois bens pode ser reveladora deste aspecto (Tabela 1).

Nos dois casos podemos observar que ambos os centros históricos foram inseridos a partir de justificativas que consideram a atuação do Europeu colonizador como fator primordial. Também através destas análises, é possível observar que a África é associada com um dos aspectos apresentados por Trajano Filho (2012). Segundo este autor, o continente é tratado por três imagens básicas na abordagem do patrimônio: uma da África natural; outra da África dos conflitos e do sofrimento; e uma da África autenticamente performativa, expresso nas práticas reconhecidas como patrimônio imaterial.

*Tabela 1. Critérios e justificativas utilizados na inscrição de bens culturais na WHL*

| Ribeira Grande |   | Ilha de Moçambique |   |
|----------------|---|--------------------|---|
| Critério       | Justificativa   | Critério           | Justificativa   |
| II             | Ribeira Grande bear witness to its considerable role in The development of European colonial domination in Africa and America, the development of the black slave trade | IV                 | The town and the fortifications on the Island of Mozambique, and the smaller island of St. Laurent, are an outstanding example of an architecture in which local traditions, Portuguese influences and, to a somewhat lesser extent, Indian and Arab influences are all interwoven. |
| III            | The intermingling of human races and the meeting between African and European cultures gave rise to the first developed Creole society                                  | VI                 | The Island of Mozambique bears important witness to the establishment and development of the Portuguese maritime routes between Western Europe and the Indian sub-continent and thence all of Asia  |
| VI             | ICOMOS considers that, in association with criteria (ii) and (iii), this criterion has been justified.  |                    |   |

Fonte: adaptado a partir dos Advisory Body Evaluation, disponíveis em URL: <<http://whc.unesco.org/>>. Acesso a 2 de Novembro de 2014

Analisando as narrativas produzidas para cada país, é possível observar duas abordagens da colonização portuguesa no território destes Estados. Em Moçambique o patrimônio é descrito como local de passagem dos portugueses para acessar as Índias, produzindo uma arquitetura de contato, com supremacia europeia sobre as antigas formas de ocupação árabe. As diferentes populações existentes na ilha de

Moçambique no período anterior as ocupações não são lembradas na construção do patrimônio mundial, com a justificativa de que não há referências arquitetônicas no local.

De forma diferente, em Cabo Verde a presença portuguesa é abordada como meio de criação de uma raça africana. Devido sua importância enquanto porto escravagista estabelecido pelos portugueses, a cidade velha de Cabo Verde testemunhou o desenvolvimento da primeira sociedade Criola, misturando aos europeus diferentes tribos africanas. Como resultado desta mistura uma arquitetura e urbanismos de casas típicas e traçado singular é destacado.

Neste sentido, enquanto a Ilha de Moçambique é tratada apenas como um local de passagem no período da conquista do século XVI, onde o Europeu deixou marcas materiais e apagou da história a presença de outras organizações sociais, em Cabo Verde todo território é descrito a partir da Cidade Velha como um ponto de encontro da África com a Europa, onde o europeu não superou outras organizações, mas contribuiu para gerar uma sociedade nova, que associa características de diversos povos africanos refletindo em suas formas materiais e culturais.

Outra questão importante é que ambas as narrativas buscam uma adequação ao contorno semântico utilizado para criar o dispositivo do patrimônio mundial. Tanto a cidade de Ribeira Grande quanto a Ilha de Moçambique apresentam como justificativa para sua inscrição o caráter de testemunho do passado, adotando assim uma abordagem de tempo linear.

Apesar destes Estados construírem sua identidade na escala nacional a partir da luta contra o colonizador europeu, sobretudo no período colonial do século XX, na escala global, o dispositivo do patrimônio mundial impede que narrativas não europeias sejam inscritas na WHL. Assim, mesmo com abordagens diferentes, o período de ocupação portuguesa se faz presente no processo de formação destes dois Estados africanos, sobretudo em relação aos aspectos culturais. Esta valorização dos aspectos nacionais pode ser observada nos bens presentes na Lista indicativa destes dois países, onde o legado português é tratado de outra forma.

Cabo Verde conta cinco bens presentes na Lista Indicativa desde 2004, dos quais 3 são do tipo cultural, 1 do tipo misto e 1 classificado como bem natural. Moçambique, conta com quatro bens presentes na Lista Indicativa, dos quais 2 são do tipo cultural, 1 do tipo misto e 1 indicado como bem natural. Nas tabelas 2 e 3 são apresentados trechos das descrições dos bens mistos e culturais dos respectivos países, presentes no sítio do WHC.

Ao analisar as tabelas 2 e 3 é possível observar uma abordagem diferenciada sobre a presença portuguesa nos territórios estudados. Em Cabo Verde as propostas para inscrição na WHL associam à ocupação portuguesa o sofrimento da escravidão e da prisão de opositoristas ao regime político de Salazar. A narrativa proposta para o *Camp de concentration de Tarrafal* busca lembrar o espaço para onde foram levados os futuros heróis da nação portuguesa, associando a repressão realizada as práticas nazista. Já na narrativa proposta para a *Ville de Sao Filipe* não há associa-

ção direta a presença portuguesa, mas uma vinculação da escravidão com o desenvolvimento urbano no local, destacando a participação de outras nações no tráfico de escravos. Por fim, na proposta do La Saline de Pedra Lume o papel português no desenvolvimento da exploração de sal é deixado em segundo plano, dando destaque a atuação inglesa na construção de estruturas materiais do local. Apenas na proposta do *Le Plateau de la ville* de Praia associa-se aos ocupantes o desenvolvimento urbano como algo positivo, que mereceria por isto ser lembrado.

*Tabela 2. Critérios e trechos de justificativas utilizados na construção de bens culturais e mistos da Lista Indicativa de Cabo Verde*

| BENS PRESENTES NA LISTA INDICATIVA DE CABO VERDE |                  |          |                   |   |
|--|------------------|----------|-------------------|---|
| Nome   | Ano de Inscrição | Tipo     | Critério proposto | Justificativa   |
| <b>Camp de concentration de Tarrafal</b>         | 2004             | Cultural | II; III           | Les premiers à y être internés sont d'abord les « activistes » des colonies portugaises, c'est-à-dire des combattants africains contre l'occupation portugaise. Pour ses raisons d'ordres militaires, le camp est réaménagé. Le mode de répression accentué.  |
| <b>Ville de Sao Filipe</b>                       | 2004             | Cultural | I; III            | De fait, avec l'intensification de la traite négrière on assiste à une évolution urbaine très rapide de la ville de Sao Filipe. L'enrichissement des propriétaires d'esclaves se traduisait sur le paysage urbain par des maisons ostentatoires des maîtres, à un ou deux niveaux, appelées « Sobrados ».                                 |
| <b>La Saline de Pedra Lume</b>                   | 2004             | Misto    | Não informado     | Cap-Vert, ne de cette navigation, et ses files productrices de sel vont être un enjeu stratégique pour les longues expéditions maritimes. Ainsi, des leur entrée dans l'atlantique au XVI <sup>e</sup> s, les anglais s'installent dans les baies des files salifères, Maio, Sal et Boa Vista.  |
| <b>Le Plateau de la ville de Praia</b>           | 2004             | Cultural | I; III            | Le pavage des rues à l'ancienne fait de pierres basaltiques cubiques, les maisons et les commerces du premier style colonial portugais concentres sur cette petite élévation sont autant de témoignages sur l'histoire de la domination coloniale en Afrique fait de très peu et légers investissements pour la quête de profits énormes. |

Fonte: adaptado a partir das informações disponíveis em URL: <<http://whc.unesco.org/>>. Acesso 2014.

De forma semelhante, os bens presentes na Lista Indicativa de Moçambique buscam valorizar outro período da história do território. Na proposta de *Manyikeni and Chibuene* o local destacado situa-se afastado da costa, distante da área oficialmente ocupada pelos portugueses no período colonial. Na proposta *The Quirimbas*

*Archipelago* o destaque é dado às formas arquitetônicas produzidas pela influência de diversas culturas, com destaque para as práticas dos suaílis, etnia situada na costa leste da África, com população reduzida e de origem africana. Por fim, a proposta do *Vumba Mountain Range* destaca as tradições das tribos originais existentes no atual território de Moçambique e suas relações com a paisagem do local.

*Tabela 3. Critérios e justificativas utilizados na construção de bens culturais e mistos na Lista Indicativa de Moçambique*

| BENS PRESENTES NA LISTA INDICATIVA DE MOÇAMBIQUE |                  |          |                   |  |
|--|------------------|----------|-------------------|--|
| Nome   | Ano de Inscrição | Tipo     | Critério proposto | Justificativa  |
| <b>Manyikeni and Chibuene</b>                    | 1997             | Cultural | III               | Manyikeni is a Zimbabwe tradition regional centre of the second millennium AD. [...] The relevance of Manyikeni is the relationship between the interior and the coast. [...] A range of finds from Manyikeni indicate outside contacts and the relative distribution of these finds in a site which is clearly spatially differentiated is of considerable interest   |
| <b>The Quirimbas Archipelago</b>                 | 2008             | Misto    | II; IV; X         | The architecture, urban environment and the living culture of Ibo Island demonstrate in an exceptional manner the cultural influences that have come together there over several hundred years from Europe, Arabia, and India, utilizing traditional Swahili techniques to produce a distinct culture. The urban settlement represented by religious, commercial and residential buildings and ruins is a physical reflection and testimony of a long-term inter-change of human values within the coastal region of East Africa: an authentic impression of the living Swahili culture. |
| <b>Vumba Mountain Range</b>                      | 2008             | Cultural | III; VI           | The Vumba Mountain reflects remarkable interaction between communities and the landscape (e.g. through ritual and economic practices). Chinghamapere rock art site is still actively used by local communities for a variety of ritual activities such as rainmaking, divining and healing. The continuing living ceremonial practices of the local communities reflect continuity in traditions with those who created the rock paintings. These strong intangible links between the paintings and living practices demonstrate a crucial cultural continuum.                           |

Fonte: adaptado a partir das informações disponíveis em URL: <<http://whc.unesco.org/>>. Acesso 2014.

## **Conclusão**

Procurei mostrar neste texto como a categoria do patrimônio foi transformada em um dispositivo que orienta as narrativas sobre territórios em escala global. Para compreender este dispositivo, mostrei que a apreensão de uma categoria foi feita a partir de dois contornos semânticos modernos: a passagem linear do tempo e a universalização da cultura. Estes contornos criam fronteiras na aplicação do conceito, estabelecendo o que podem ser inclusos e o que está por fora.

Além da criação de uma delimitação semântica, considerei que a formação de um dispositivo exige um determinado nível de organização burocrática, que cria uma rotina das práticas de inscrição de um bem na WHL. No caso do dispositivo do patrimônio mundial, esta organização burocrática e sua rotinização das práticas está presente nos órgãos que compõem a UNESCO e em todo processo de inscrição de um bem na WHL, estabelecendo uma relação de poder desiguais.

No caso do patrimônio mundial, estas relações de poder não são produzidas apenas a partir do Estado soberano único, mas são conduzidas por uma organização transnacional. Diante disto, a abordagem da soberania nos moldes tradicionais pode ser questionada, já que há a necessidade de adequações as normas internacionais para obter um reconhecimento pela esfera da cultura.

Em resumo: o texto buscou mostrar como as tradicionais noções de poder e soberania, que vinculam o controle de um território unicamente a uma organização política comumente chamada de Estado, podem não ser totalmente aplicadas ao atual contexto de globalização, onde organizações transnacionais influenciam nas políticas internas dos países.

Ao mesmo tempo, considerei este tema como um importante assunto geopolítico, pois através da adequação de determinadas narrativas ao dispositivo do patrimônio mundial territórios são categorizados por instituições variadas em escalas diversas. Cabo Verde e Moçambique foram trabalhados neste texto para mostrar como o dispositivo do patrimônio mundial orientou a inscrição deles na WHL, mantendo ainda uma colonização europeia dos aspectos da cultura nestes Estados.

Claramente a diferença temporal de inscrição dos bens inscritos na WHL por cada um desses países pode ser utilizada como argumento para justificar duas inscrições de comunidades periféricas. Afinal, apesar de serem a mesma tipologia (cidades históricas), apresentam distintas narrativas sobre a formação do território. Mesmo que os defensores deste argumento considerem que o entendimento do que é merecedor do título de patrimônio mundial muda ao longo do tempo, observe, porém, que esta mudança não reflete numa transformação dos contornos semânticos reconhecidos. Assim, uma perspectiva linear de tratar a herança é perpetuada nos bens inscritos na WHL, como se apenas por isso eles forem merecedores de atenção internacional.

Uma alternativa ao dispositivo do patrimônio mundial para que estes países expressem sua soberania através da cultura pode ser o patrimônio cultural imaterial

(PCI), também organizado pela UNESCO. Apesar de ser uma construção da mesma instituição, o PCI pode representar uma nova possibilidade de reconhecimento de aspectos importantes para os países africanos. Contudo, ao observar a Lista de PCI, é fácil notar a ausência destes dois países aqui analisados e também de outros grupos da África.

Por fim, quero destacar que os processos de formação de Estados em novos países ainda passam por um forte processo de descolonização de suas práticas e discursos culturais. Diversos movimentos de descolonização da cultura já estão presentes na África, sendo um dos mais recentes o #RhodesMustFall, que procurou transformar as formas de ensino presentes na *University of Cape Town*. Talvez seja o momento de o patrimônio mundial participar destes processos, já que ele exerce extrema importância na construção da soberania internacional, descolonizando assim suas representações territoriais.

## Referências

- Abreu, Regina Maria do Rego Monteiro (2007) “Patrimônio Cultural: Tensões e disputas no contexto de uma nova ordem discursiva”, in M. F. Lima Filho, C. Eckert e J. Beltrão (eds.) *Antropologia e Patrimônio Cultural: Diálogos e desafios contemporâneos*. Blumenau: Nova Letra, 263-287.
- Abreu, Regina Maria do Rego Monteiro (2009) “A emergência do patrimônio genético e a nova configuração do campo do patrimônio”, in R. Abreu e M. Chagas (eds.) *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos* (2 ed). Rio de Janeiro: Lamparina, 34-48.
- Agamben, Giorgio (2005) “O que é um dispositivo?” *Outra Travessia: revista de literatura*, Florianópolis, vol. 5, núm. 2, 9-16.
- Agnew, John (2005) “Sovereignty regimes: Territoriality and state authority in contemporary world politics”. *Annals of the Association of American Geographers*, Malden, vol. 95, núm. 2, 437-461.
- Agnew, John (2012) “«Baja» geopolítica: agencias de calificación crediticia, la privatización de la autoridad y la nueva soberanía”. *Geopolítica(s): Revista de estudios sobre espacio y poder*, Madrid, vol. 3, núm. 2, 171-183. [Disponível em: <<http://revistas.ucm.es/index.php/GEOP/article/view/41349/40395>>. Acesso em: 01 fev. 2015].
- Chanaiwa, David (2010) “A África austral”, in A. A. Mazrui e C. Wondji (eds.) *História geral da África, VIII: África desde 1935*. Brasília: UNESCO, 295-334.
- Chuva, Márcia Regina Romeiro (2009) *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ.

- Coutinho, Ângela Sofia Benoliel (2008) “Imaginando o combatente do PAIGC: a construção dos heróis nacionais na imprensa do pós-independência na Guiné-Bissau e em Cabo Verde”, in L. R. Torgal, F. T. Pimenta e J. S. Sousa (eds.) *Comunidades Imaginadas: Nação e nacionalismos em África*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 173-181.
- Ferguson, James, e Gupta, Akhil (2002) “Spatializing States: Towards an Ethnography of Neoliberal Governmentality”. *American Ethnologist*, vol. 29, núm. 4, 981-1002.
- Foucault, Michel (1992) *Microfísica do poder* (10 ed). Rio de Janeiro: Graal.
- Foucault, Michel (2010) *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)* (2 ed). São Paulo: Martins Fontes.
- Garcia, José Luís Lima (2008) “O mito de Gungunhana na ideologia nacionalista de Moçambique”, in L. R. Torgal, F. T. Pimenta e J. S. Sousa (eds.) *Comunidades Imaginadas: Nação e nacionalismos em África*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 131-148.
- Gonçalves, José Reginaldo Santos (2009) “O patrimônio como categoria de pensamento”, in R. Abreu e M. Chagas (eds.) *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos* (2 ed). Rio de Janeiro: Lamparina, 25-33.
- Kearns, Gerry (2008) “Imperial Geopolitics. Geopolitical visions at the dawn of the American century”, in J. Agnew, K. Mitchell e G. Ó Tuathail (eds.) *A Companion to Political Geography*. Malden: Blackwell, 173-186.
- Marston, Sallie (2004) “Space, culture, state: uneven developments in political geography”. *Political Geography*, vol. 23, núm. 1, 1-16.
- Meskill, Lynn (2014) “States of Conservation: Protection, Politics, and Pacting within UNESCO’s World Heritage Committee”. *Anthropological Quarterly*, Washington, vol. 87, núm. 1, 217-243.
- Ó Tuathail, Gearóid, e Agnew, John (1992) “Geopolitics and discourse: Practical geopolitical reasoning in American foreign policy”. *Political Geography*, vol. 11, núm. 2, 190-204.
- Ribeiro, Rafael Winter (2013) “Um conceito, várias visões: Paisagem Cultural e a UNESCO”, in L. Castriota (org.) *Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto*. Belo Horizonte, Brasília: UFMG, IPHAN, no prelo.
- Sharma, Aradhana, e Gupta, Akhil (2006) “Rethinking Theories of The State in the Age of Globalization”, in A. Sharma e A. Gupta (orgs.) *The anthropology of the state: a reader*. Oxford: Blackwell Publishing, 1-42.
- Sharp, Joanne (2013) “Geopolitics at the margins? Reconsidering genealogies of critical geopolitics”. *Political Geography*, vol. 37, núm. 1, 20-29.
- Silva, Fernando Fernandes da (2012) *As cidades brasileiras e o patrimônio cultural da humanidade* (2 ed). São Paulo: Edusp.
- Souza Lima, Antônio Carlos de (2002) “Sobre gestar e gerir a desigualdade: pontos de investigação e diálogo”, in A. C. de Souza Lima: *Gestar e gerir: Estudos pa-*

- ra uma antropologia da administração pública no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará. 11-22.
- Suret-Canale, Jean, e Boahen, A. Adu (2010) “A África ocidental”, in A. A. Mazrui e C. Wondji (eds.) *História geral da África, VIII: África desde 1935*. Brasília: UNESCO, 191-228.
- Trajano Filho, Wilson (2012) “Patrimonialização dos artefatos culturais e a redução dos sentidos”, in L. Sansone (org.) *Memórias da África: patrimônios, museus e políticas das identidades*. EDUFBA, Salvador, 11-40.
- UNESCO World Heritage Centre (2013) *Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention*. Paris, UNESCO World Heritage Centre. [Disponível em URL: <<http://whc.unesco.org/archive/opguide08-en.pdf>>. Acesso em 01 jun. 2014].
- Weber, Max (1977) *Economia y sociedad: esbozo de sociologia comprensiva* (1 vol.). Mexico: Fondo de Cultura Económica.
- Weber, Max (1982) *Ensaio de sociologia*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.